

Jamilla Monteiro Sarkis

NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO

*UMA (RE)LEITURA CONSTITUCIONAL NA ERA TECNOLÓGICA
DA CYBER-SURVEILLANCE*



tirant
lo blanch

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	17
1. AS CRISES DO ESTADO MODERNO COMO PRECEDENTES DO DIREITO PENAL DO INIMIGO E DO PROCESSO PENAL DE EMERGÊNCIA.....	24
1.1. As crises do Estado Moderno e o medo coletivo como precedentes da emergência.....	25
1.2. A quem temer: entre crise e risco, o inimigo do Direito Penal	30
1.3. A perene emergência processual penal	41
2. O PROCESSO PENAL NA ERA DA CYBER-SURVEILLANCE	55
2.1. A <i>cyber-surveillance</i>	55
2.2. Da <i>surveillance</i> para a <i>cyber-surveillance</i> : conhecendo o passado para compreender as tendências futuras	65
2.3. A <i>cyber-surveillance</i> a serviço do processo penal de emergência: métodos ocultos de combate ao inimigo.....	74
3. A NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO: PASSADO E PRESENTE DE UM DIREITO FUNDAMENTAL EM RISCO....	85
3.1. Contextos da não autoincriminação: das práticas canônicas à consagração de um privilégio.....	86
3.1.1. O compromisso com a verdade como obstáculo à não autoincriminação	87
3.1.2. O direito à defesa técnica e a garantia à não autoincriminação	91
3.1.3. A não autoincriminação no Direito anglo-saxão: um privilégio em três atos.....	97
3.2. A não autoincriminação no Brasil: desenvolvimento, conteúdo e riscos.....	102
3.2.1. A não autoincriminação entre Colônia e República.....	103
3.2.2. A não autoincriminação em risco diante do instrumentalismo e da proporcionalidade.....	122
4. POR UMA (RE)LEITURA DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO	132
4.1. Os limites à não autoincriminação e sua incompatibilidade com a Constituição.....	133
4.2. A não autoincriminação como deveria ser: (re)lida pelo modelo constitucional de processo no contexto da virada tecnológica	145
4.2.1. O modelo constitucional de Processo Penal.....	145
4.2.2. O contexto da virada tecnológica no processo	150
4.2.3. A não autoincriminação aperfeiçoada ao modelo constitucional de processo penal e ao contexto da virada tecnológica no processo.....	152
5. A (RE) LEITURA DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO NA ERA DA CYBER-SURVEILLANCE.....	156
5.1. As técnicas antifoenses: obstáculos à obtenção das provas digitais	159
5.1.1. Casos concretos: práticas antifoenses e não autoincriminação em xequ.....	163
5.1.1.1. Primeiro caso: quem avisa, amigo é?	164
5.1.1.2. Segundo caso: quem vigia o vigilante?.....	165
5.1.1.3. Terceiro caso: quando a vida não é um livro aberto	167

5.2. Exclusão, alteração e anonimato de provas digitais: o exercício da não autoincriminação na era da <i>cyber-surveillance</i>	168
5.2.1. Exclusão de provas digitais	168
5.2.2. Alteração das provas digitais	175
5.2.3. Anonimato das provas digitais.....	180
6. CRÍTICAS ÀS PRÁTICAS ANTIFORENSES: UM NECESSÁRIO ENFRENTAMENTO	188
6.1. Contribuições antiforenses à cadeia de custódia da prova digital.....	188
6.2. Anonimato como direito fundamental na era da <i>cyber-surveillance</i>	193
6.3. Soluções propostas para os casos concretos	202
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
REFERÊNCIAS	210